A Finlândia entra para OTAN

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

A Finlândia ingressou oficialmente na Organização do Tratado do Atlântico Norte no último dia 04 de abril. Somou-se, assim, à aliança ocidental de segurança, que agora passa a contar com trinta e um países.

Criada em 1949, no ambiente marcado pela bipolaridade do sistema internacional entre EUA e União Soviética, no pós 2ª Guerra Mundial e início da Guerra Fria, a OTAN se conformou como um arranjo de defesa coletiva, por intermédio do qual os Estados-membros concordam em atuar conjuntamente, em apoio mútuo, caso qualquer um dos países da aliança seja atacado.

Figura 1 – Países da OTAN. Fonte Al Jazeera

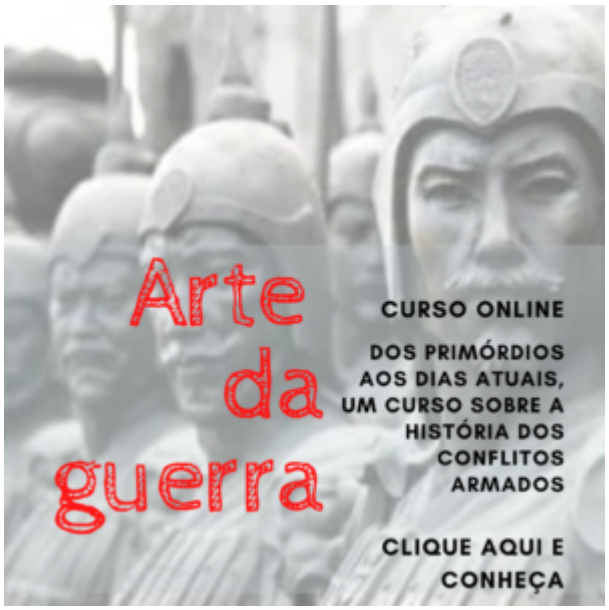
O crescimento da organização se deu de forma paulatina. Em 1949, foi constituída por apenas doze membros, dez da Europa Ocidental, mais EUA e Canadá. Foi com a implosão da União Soviética e o fim da Guerra Fria que a aliança ganhou vários novos integrantes, países localizados cada vez mais ao leste da Europa, no que a Rússia sempre percebeu como sendo o seu "espaço de influência". Isso aconteceu inclusive com os antigos membros do Pacto de Varsóvia, a aliança militar liderada pela então União Soviética, além de países que a

tinham integrado, como os países Bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia. A última adesão tinha sido a da Macedônia do Norte, em 2020.

A Finlândia e a Suécia, entretanto, haviam resistido às tentações de entrar para a aliança, adotando uma neutralidade pragmática, que acabou por caracterizar sua postura estratégica até aqui. Os finlandeses tinham boas razões para isso. Parte integrante da Suécia do século doze até 1809, a partir daquele ano seu território passou a ser um Grão Ducado do império russo, conseguindo tornar-se independente apenas após a revolução russa, em 1917. Na segunda guerra mundial, apesar de uma defensiva obstinada na guerra russo – finlandesa, foi obrigada a ceder parcela de seu território à Rússia.

Esse histórico de enfrentamentos com o poderoso vizinho de Leste convenceu os finlandeses de que a coisa certa a se fazer seria, a partir daí, garantir uma neutralidade que, como contrapartida, permitisse uma boa convivência com a Rússia.

Conheça o curso on line Arte da Guerra



Isso mudou em 24 de fevereiro do ano passado. A invasão do território ucraniano pelos russos trouxe insegurança para a população finlandesa, que passou considerar que a melhor forma

de se proteger seria buscar a segurança sob o pacto de defesa coletiva da OTAN.

O desfecho evidentemente desagradou a Rússia, e foi um enorme revés estratégico para o presidente Putin. Afinal, a principal justificativa apresentada pela Rússia para a invasão da Ucrânia foi a aproximação da OTAN de suas fronteiras, desconsiderando os alertas russos e as alegações de que o país sentia sua própria segurança ameaçada. Uma Ucrânia integrada a OTAN era inadmissível para Putin, segundo sua própria lógica.

Acontece que, com a entrada da Finlândia para a OTAN, a fronteira direta entre os países da aliança e a Rússia, que se restringia a poucas centenas de quilômetros com os países bálticos, com a Noruega no extremo Norte, e no exclave de Kaliningrado, foi acrescentada em mais de 1.300 Km de fronteiras diretas entre Finlândia e Rússia.

A expansão da OTAN não se restringirá à Finlândia. A Suécia, que vem tendo seu ingresso postergado pela Turquia, por razões mais explicadas pelas dinâmicas internas da política turca do que de outra ordem, vinculadas a questões que envolvem a concessão de asilo pela Suécia a cidadãos turcos de origem curda acusados de terrorismo, certamente será aceita até o ano que vem.

Uma OTAN fortalecida pela guerra na Ucrânia certamente será um componente fortemente considerado por estrategistas russos, mas também pelos chineses. O desdobramento de armamento nuclear russo em território de Belarus já pode ser considerada uma reação. Outras virão, e isso se refletirá na corrida por maiores investimentos em defesa em todo mundo.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

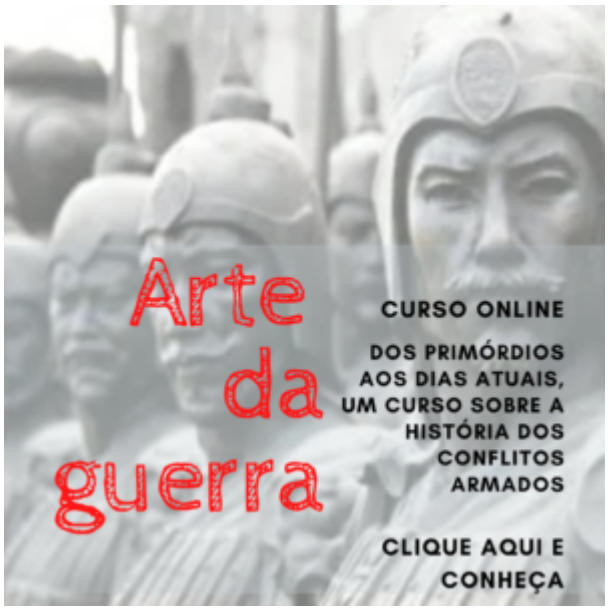
Xi Jinping e Putin se encontram em Moscou

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

O presidente da China, Xi Jinping viajou à Rússia, onde se encontrou com o presidente Vladimir Putin, pela quadragésima vez desde que se tornou presidente, em 2013. Tendo sido seu primeiro destino depois de assumir seu terceiro mandato, foi um encontro muito significativo, especialmente por ocorrer em meio à invasão russa à Ucrânia. Até por isso, foi um movimento criticado no Ocidente, onde vozes europeias e norte-americanas denunciaram a visita como uma demonstração explícita do apoio chinês à Rússia.

No documento conjunto[1] divulgado após o encontro, Xi e Putin reafirmaram a solidez da parceria entre os dois países, afirmando que *“as relações russo-chinesas […] atingiram o nível mais alto de sua história e continuam a se desenvolver de forma constante”*. Os dois países declararam não constituírem uma aliança político-militar nos moldes da Guerra Fria, mas uma “*forma superior*” de interação estatal, que não se dirige contra terceiros países. Disseram notar a grande velocidade das transformações em curso no mundo, que estaria rumando aceleradamente para um modelo multipolar, em que potências regionais teriam o legítimo direito de defender seus interesses. Para os dois líderes, entretanto, manifestações de hegemonismo, unilateralismo e protecionismo ainda seriam generalizadas no sistema internacional, em uma afirmação claramente endereçada aos EUA.

Conheça o curso on-line Arte da Guerra. A próxima turma começa dia 17 de abril!



Os dois presidentes concordaram em fornecer apoio mútuo na proteção dos interesses fundamentais de cada um de seus Estados, principalmente soberania, integridade territorial, segurança e desenvolvimento; reafirmaram o interesse em aprofundar e expandir a cooperação no processo de modernização de seus países e declararam trabalhar para promover “*uma ordem*

mundial multipolar, a globalização econômica e a democratização das relações internacionais", para o desenvolvimento de uma "*governança global de forma mais equitativa e racional*".

Novamente tendo os EUA como alvo, o documento informa que China e Rússia "*se opõem à que um Estado imponha os seus valores a outros Estados, traçando linhas ideológicas, criando uma falsa narrativa sobre o chamado confronto entre democracias e autocracias, usando a democracia e a liberdade como pretexto e instrumento político para pressionar outros Estados*" e que "*cada Estado tem o direito de escolher independentemente o caminho do desenvolvimento no campo dos direitos humanos*", opondo-se a interferência de forças externas em assuntos internos.

Foram fechados diversos acordos, além de promessas de maior integração nas áreas de Defesa, do comércio bilateral, do setor financeiro, apoiando a expansão do uso de moedas nacionais em suas trocas comerciais, dos setores de energia, indústria, espacial, educacional, cultural e da ciência e tecnologia. As duas partes concordaram ainda em prover a integração entre a União Econômica da Eurásia e a Iniciativa Cinturão e Rota, ou *One Belt, one Road*.

Em relação à segurança internacional, Putin e Xi Jinping disseram que nenhum Estado deve garantir sua segurança em detrimento da segurança de outro Estado. Essa afirmação se coaduna perfeitamente com a retórica de Putin em relação à ameaça que a aproximação da OTAN das fronteiras russas representaria ao seu país. Os dois líderes também expressaram séria preocupação com a parceria trilateral AUKUS (Austrália – Reino Unido – EUA, para fornecimento de submarinos de propulsão nuclear à Austrália), a qual acusaram de ameaçar a estabilidade estratégica na região do Indo-Pacífico.

Tendo Xi Jinping chegado à Moscou após ter divulgado seu plano de doze pontos para a celebração da paz entre Rússia e China,

havia expectativa de que ocorresse algum anúncio nessa direção. Entretanto, a visita não trouxe nenhuma contribuição efetiva para a paz. Anunciou-se entretanto, que o presidente Xi Jinping pretende conversar com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky sobre sua proposta para o fim das hostilidades.

Durante a visita houve ainda um episódio muito representativo do atual momento de transformações geopolíticas. Ao se despedirem de uma das reuniões, antes de entrar no carro, em frente aos repórteres, Xi disse a Putin que o mundo está vivendo um momento de mudanças, como não se vê há cem anos, e que são eles próprios, os dois líderes, que as estão promovendo. Putin respondeu, concordando. Ao afirmar isso perante as câmeras, Xi assume o protagonismo chinês e concede aos russos um papel relevante no processo de transição em curso no ambiente internacional, rumo a um mundo multipolar, mesmo que o papel da Rússia nessa transformação esteja sendo desempenhado preponderantemente pelo uso do poder militar, em uma guerra de conquista de territórios que contraria princípios basilares do direito internacional.

A viagem de Xi Jinping à Rússia não deixa margem para dúvida acerca do alinhamento das duas nações, acima de qualquer outra relação bilateral que ambos os países possam ter, em claro

desafio aos EUA e ao Ocidente que tentam isolar a Rússia. A China, entretanto, redobra a aposta no relacionamento com aquele país. O cálculo chinês passa pela convicção de que um futuro confronto com os EUA no campo militar, se não é uma certeza, é uma possibilidade. E, nesse caso, a China precisará contar com o valioso apoio russo nos campos militar e tecnológico, bem como de seus valiosos estoques de energia.

[1] http://kremlin.ru/supplement/5920

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

O Exército com os olhos no futuro

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

> *"Não importa quão claramente se pense, é impossível prever com precisão o caráter do conflito futuro. A chave é não estar tão longe do alvo que se torne impossível ajustar uma vez que o personagem seja revelado".*
>
> *Sir Michael Howard*

Tentar prever os acontecimentos futuros é uma tarefa arriscada. Mas, identificar tendências e possíveis cenários vindouros é uma atividade fundamental para os planejadores das mais variadas atividades humanas, na iniciativa privada ou no setor público. Somente dessa forma as organizações poderão se

preparar para os desafios que o futuro lhes reserva.

No campo militar, não poderia ser diferente. Pelo contrário, é famosa a máxima que critica os exércitos que se preparam para lutar sua última guerra, em vez da próxima guerra. Winston Churchill disse certa vez que era “uma piada na Grã-Bretanha dizer que o *War Office* está sempre se preparando para a última guerra. Mas isso provavelmente é verdade para outros departamentos e outros países, e certamente foi verdade para o Exército francês.” O primeiro-ministro britânico se referia à invasão da França pelo exército nazista, em 1940. Os estrategistas franceses estavam preparados pala lutar a guerra de 1919, mas os alemães inovaram com a *blitzkrieg* e venceram os franceses em poucos dias.

A guerra de alta intensidade em curso na Ucrânia relembrou aos militares de todo o mundo que um longo período de paz não é uma garantia de que não haverá mais conflitos armados. E que, para estarem em condições de cumprir suas destinações, as Forças devem estar preparadas para as próximas guerras.

Com esse objetivo, o Exército Brasileiro acaba de publicar o manual de fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040. Trata-se de uma antevisão da forma como se espera que a Força Terrestre cumpra sua missão no horizonte temporal do ano de 2040.

No documento, os estrategistas do Exército Brasileiro delineiam o contexto operacional futuro, no horizonte temporal de 2040. Trata-se de um esforço em caracterizar as

possibilidades de futuro e suas consequentes implicações para a Defesa Nacional e para a Força Terrestre.

Assim, visualiza-se um ambiente de acirramento da competitividade interestatal, de centralidade do setor científico-tecnológico e de rearranjos de balanças de poder regionais. Além disso, diversas questões relacionadas às mudanças climáticas potencializarão tensões geopolíticas, enquanto o espaço cibernético se tornará cada vez mais um palco de atuação, muitas vezes desestabilizadora, de Estados, grupos e indivíduos. Tudo isso com profundas implicações na forma como a Força Terrestre deverá se preparar para ser empregada no cumprimento de suas missões.

As operações militares em 2040 serão realizadas em um ambiente preponderantemente urbano, de hiperconectividade, no qual a informação e a percepção que a opinião pública terá dos acontecimentos será de extrema relevância. O combate será crescentemente digitalizado e automatizado, o que imporá uma aceleração no ritmo das ações. Os ciclos decisórios serão encurtados e os responsáveis pelas tomadas de decisão terão cada vez menos tempo à sua disposição. A letalidade será mais seletiva, e as ações no campo de batalha serão muito mais monitoradas por plataformas remotas e autônomas. Isso contribuirá para uma crescente judicialização dos conflitos, uma vez que as ações dos contendores nos campos de batalha serão expostas à opinião pública mundial com muito maior facilidade.

Para cumprir suas missões nesse ambiente, o Exército deverá estar preparado para, atuando de forma conjunta com as outras forças armadas, na presença de diversas agências, das mais distintas áreas de atuação, governamentais ou não, garantir a soberania nacional negando a eventuais oponentes o acesso e a liberdade de ação em áreas de interesse nacional.

O conceito operacional, ou seja, a maneira como o Exército aplicará suas capacidades para cumprir suas missões, deverá

garantir a derrota do inimigo por meio da convergência de efeitos letais e não letais, de forma sincronizada, nos diversos domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial, cibernético e eletromagnético) e nas três dimensões do combate (física, humana e informacional).

Para poder atuar desta forma em 2040, o Exército planeja e age de forma a aperfeiçoar as capacidades já existentes e a criar outras ainda não disponíveis, em um processo de contínuo aperfeiçoamento. A ferramenta para isso é o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). Ele contém, dentre outras coisas, o Plano Estratégico do Exército que, em ciclos de quatro anos, planeja as ações e iniciativas estratégicas que vão proporcionar ao Exército as condições de fazer face aos desafios atuais e futuros. Dessa forma, os próximos quatro ciclos, que se iniciam em 2024, delineiam a trajetória do Exército até atingir o estado que se deseja alcançar em 2040.

Algumas dessas ações demonstram o acima descrito. No que concerne aos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP), os conhecidos drones, há um projeto em andamento, inclusive com o recebimento do primeiro sistema de categoria 2[1], o Nauru 1000C. Trata-se de um sistema de fabricação nacional, composto por três aeronaves remotamente pilotadas, uma base móvel com três estações de controle de solo, duas

câmeras estabilizadas, radares GMTI e SAR, *scanners* 3D, dois terminais de transmissão de dados de 60km e um terminal de enlace de dados de 100km. Esse equipamento adiciona importante capacidade de vigilância e sensoriamento do campo de batalha, fundamental ao combate moderno, como se comprova diariamente no conflito em curso na Ucrânia.

O programa estratégico Forças Blindadas é fundamental para a necessária transformação do Exército, especialmente na mecanização das brigadas de infantaria motorizadas[2], e na modernização das brigadas de cavalaria, ações absolutamente necessárias para a construção de um instrumento militar compatível com os desafios atuais e futuros. Contempla as diversas famílias de blindados. É no escopo desse projeto que estão o desenvolvimento e a aquisição dos blindados Guarani em suas múltiplas versões, das Viaturas Blindadas Leves Multirarefas e das modernas Viaturas Blindadas de Combate de Cavalaria Centauro 2.

O programa Astros abrange a aquisição de plataformas móveis de lançamento de foguetes e mísseis. Esses armamentos, como a guerra na Ucrânia comprova mais uma vez, são muito importantes para o combate de alta intensidade na atualidade, e permanecerão relevantes no horizonte temporal de 2040. Uma iniciativa considerável no âmbito do projeto é o desenvolvimento, pela indústria nacional, de mísseis com a capacidade de atingir, com precisão, alvos à distância de 300km, o que aumentará a capacidade dissuasória nacional.

Evidentemente, a execução de todos os programas, seus projetos, ações e iniciativas são condicionados pelas disponibilidades orçamentárias. Nesse sentido, o Exército tem aprimorado sua governança, de modo utilizar de modo ótimo os recursos que lhe são disponibilizados.

Os exemplos acima ilustram apenas alguns aspectos mais visíveis dos projetos em curso. O Plano Estratégico do Exército (2024-2027) lista cerca de 400 ações e iniciativas

estratégicas que levam ao atingimento dos objetivos estratégicos do Exército.

Dessa forma, fica claro que o Exército Brasileiro está atento às grandes questões geopolíticas e às conjunturas nacional e internacional, que naturalmente condicionarão seu emprego em atendimento à suas missões constitucionais. Tudo isso para atender à máxima de "estar preparado para a próxima guerra", e não para "as guerras já travadas", proporcionando à nação brasileira as ferramentas militares terrestres necessárias ao enfrentamento dos complexos desafios atuais e futuros.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

[1] Equipamentos de até 150 Kg

[2] Até o momento, duas Brigadas de Infantaria Motorizadas já foram mecanizadas pelo projeto: A 15ª Bda Inf Mec, de Cascavel/PR e a 11ª Bda Inf Mec, de Campinas/SP. A 9ª Bda Inf Mtz, do Rio de Janeiro/RJ e a 3ª Bda Inf Mtz, de Cristalina/GO já começaram a receber as viaturas Guarani e as Viaturas Blindadas Leves Multitarefas.

As "Duas Sessões" – as mais importantes reuniões políticas da China

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

As “Duas Sessões” estão começando hoje, na China. Neste evento, que acontece apenas uma vez a cada ano reunindo cerca de 5 mil delegados de todas as regiões da China, são realizadas as reuniões da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) e do Congresso Nacional do Povo (CNP). Embora sejam realizadas ao mesmo tempo, as duas reuniões têm finalidades distintas.

O 14º Congresso Nacional do Povo está inaugurando nova legislatura, empossando os cerca de 3000 delegados que permanecerão em suas funções por 5 anos, até março de 2028. Trata-se do maior corpo legislativo do mundo. Nesse período, somente reunirá todos os seus membros em 5 oportunidades anuais, por cerca de 15 dias a cada vez, justamente nas chamadas “Duas Sessões”. Na reunião de agora, sua tarefa mais importante será dar posse às mais altas autoridades chinesas, inclusive ao Presidente Xi Jinping, para seu terceiro mandato como presidente. Também empossará o primeiro-ministro, vice-ministros e as diversas instâncias administrativas de mais alto nível do governo chinês. Além disso, ocorrerão diversas votações para se aprovar as decisões do executivo chinês.

Conheça o curso Geopolítica da China

Os integrantes do CNP são escolhidos de forma indireta, pelos congressos das províncias, regiões autônomas, municipalidades

diretamente controladas pelo governo central e regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau. Esses congressistas, por sua vez, foram escolhidos pelos congressos dos níveis municipais. Os de nível municipal e distrital, por sua vez, foram eleitos diretamente, por mais de um bilhão de votantes, em um processo eleitoral ocorrido no ano passado. A exceção são os deputados das forças armadas, eleitos em processos internos do Exército Popular de Libertação. Ao todo, somando-se todos os níveis, existem cerca de 2,6 milhões de parlamentares na China. A grande maioria deles integra o Partido Comunista Chinês, mas também há representantes de partidos não comunistas – sim, há outros partidos na China – e mesmo pessoas sem afiliação política. Todos os assuntos que serão tratados na reunião do CNP são agendados com antecedência e é altamente improvável que alguma votação saia em desacordo com o desejado pelo alto escalão do Partido Comunista Chinês.

A CCPPC, por sua vez, é integrada por cerca de 2,2 mil delegados, dentre os quais membros do Partido Comunista, integrantes de outros partidos, organizações de massa, pessoas sem afiliação política, representantes de classes, pessoas influentes, minorias étnicas e convidados. A Conferência não tem funções executivas ou legislativas. Seu papel é o de servir como um órgão consultivo e de assessoramento político. Ao término de duas semanas de reunião, suas dezenas de subcomitês apresentarão propostas, sobre os mais variados assuntos, ao governo.

A constituição da China, que define o Partido Comunista como a principal força política do país, especifica que oito "partidos democráticos", oficialmente reconhecidos, têm o direito de "participar do governo" do país. Porém, na prática, esse direito é estritamente limitado a fazer propostas que o Partido Comunista pode optar por implementar ou simplesmente ignorar. Assim, diferentemente do que um observador ocidental poderia ser levado a acreditar, os partidos não-comunistas da China não são partidos de oposição e nem podem almejar o poder. O maior desses partidos é a Liga Democrática da China – que é composta por intelectuais ligados à cultura, educação, ciência e tecnologia, com cerca de 330 mil membros. O menor partido é a Liga de Autogoverno Democrático de Taiwan, formada por taiwaneses pró-Partido Comunista e que teria cerca de 3.000 membros.

Dada a atual importância econômica e geopolítica da China, o mundo presta cada vez mais atenção aos acontecimentos políticos do gigante asiático. Compreender o seu funcionamento político, com a finalidade de prever seus movimentos e compreender suas intenções passou a ser fundamental para todos que se interessam política internacional, geopolítica, economia ou relações internacionais.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua

manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

No aniversário da guerra, dois discursos que aumentam as tensões

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

No dia 21 de fevereiro, no intervalo de poucas horas, os presidentes das duas maiores potências nucleares do planeta discursaram, tendo a guerra na Ucrânia, que no dia 24 completará um ano de duração, como pano de fundo.

Na Rússia, o presidente Vladimir Putin fez seu discurso anual ao congresso e às maiores lideranças civis e militares do país. Na Polônia, o presidente dos EUA, que chegava de uma histórica visita à Kiev, capital da Ucrânia, discursou para uma multidão do lado de fora do Castelo Real da Polônia.

As duas visões de mundo apresentadas não poderiam ser mais contraditórias.

Putin reafirmou sua narrativa, sem surpresas. Responsabilizou o Ocidente e a OTAN, a quem acusa de querer “destruir a Rússia”, pela guerra na Ucrânia. Atacou o governo ucraniano, chamando-o de “regime neonazista”, enfatizando que a Rússia

não desistiria de seus objetivos.

Além disso, Putin reforçou a narrativa da guerra cultural, colocando a Rússia como o país que protege os verdadeiros valores cristãos e acusando o Ocidente de “destruição da família”.

Conheça o curso on line Geopolítica da China!

Joe Biden, por sua vez, reafirmou o compromisso dos EUA com a Ucrânia, instando as demais nações do mundo a assumirem um compromisso com o país. Afirmou que a democracia global estava em jogo e acusou a Rússia de cometer graves crimes contra civis.

Em resposta à acusação que Putin tinha feito horas antes, disse que foi a Rússia quem escolheu a guerra e que o Ocidente nunca havia planejado invadir a Rússia. Mas, afirmou que os EUA, a Europa e o mundo foram testados pela invasão russa, uma vez que teriam que escolher entre apoiar os ucranianos ou fazer vista grossa. A decisão, de acordo com o presidente dos EUA, não poderia ser outra a não ser apoiar os ucranianos.

Entretanto, foi um anúncio de Putin que teve maior repercussão. O presidente russo anunciou que seu país suspenderia o cumprimento do previsto no tratado Novo Start,

de 2011, que limita em 1.550 o número de ogivas nucleares, além de controlar a quantidade de lançadores e de mísseis balísticos intercontinentais que podem ser desdobrados por EUA ou Rússia.

O acordo prevê 18 visitas anuais das equipes de controle de cada um dos lados, de modo a garantir o cumprimento das resoluções. Essas visitas já estavam, na prática, interrompidas há três anos, primeiramente em razão da pandemia da Covid-19 e, depois, por causa da guerra na Ucrânia. Com a decisão anunciada por Putin, a Rússia simplesmente não aceitará mais as visitas.

Os russos afirmaram, entretanto, que não se trata de “se retirar” do acordo, e que não têm intenção de aumentar seu arsenal nuclear, mantendo-o na quantidade atual. Mas, Putin afirmou que “se os EUA realizarem testes, nós também o faremos”.

Dessa forma, o último acordo que regulava os arsenais nucleares entre as duas potências cai por terra. Outros acordos de não proliferação, incluindo o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, do qual os EUA se retiraram em 2018, no que foram seguidos pela Rússia em retaliação, desmoronaram nos últimos anos.

O fim dos acordos de controle das armas nucleares entre EUA e Rússia, em um contexto em que os dois países acirram suas retóricas, em plena guerra na Ucrânia, não é um bom presságio. Ainda mais se se juntam a este contexto o desenvolvimento cada vez maior da missilística intercontinental da Coreia do Norte, o desenvolvimento do programa nuclear iraniano e a intenção chinesa de elevar seus estoques de armas nucleares ao mesmo nível dos russos e norte-americanos.

O resultado dessa conjuntura é a possibilidade cada vez maior de o mundo observar o surgimento de novos atores com capacidade nuclear. Recentes pesquisas na Coreia do Sul indicam que 76% dos sul-coreanos defendem que o país desenvolva e adote armas nucleares como forma de dissuasão.

Desconfio que se essa pergunta for feita em vários outros países, os resultados podem ser semelhantes.

A sensação de insegurança, cada vez maior, já está acelerando os gastos militares em todo o mundo. Os discursos de Putin e Biden nada mais fizeram do que explicitar cabalmente essa insegurança.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

As implicações militares e estratégicas do balão chinês

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

A identificação de um balão chinês sobrevoando a base de Malmstrom, no estado norte-americano de Montana, causou alarme nos norte-americanos e uma nova crise diplomática entre EUA e China. O incidente acabou por redundar no cancelamento da visita que o chefe do Departamento de Estado dos EUA, Antony Blinken, faria à China nos próximos dias. Afinal, a base de Malmstron abriga 150 silos dos mísseis balísticos intercontinentais LGM-30 Minuteman III, a arma estratégica baseada em terra de que os EUA dispõem para, transportando ogivas nucleares, realizarem bombardeios de longo alcance.

Embora tenha sido abatido por caças F-22 quando chagava ao Oceano Atlântico, o fato de o balão ter permanecido por algumas horas monitorando um local sensível, bem como ter sobrevoado por dias o território norte-americano, causou grande desconforto entre as autoridades norte-americanas. Os chineses, por seu lado, reconheceram que o balão é de propriedade de uma empresa chinesa, porém, afirmaram tratar-se apenas de um balão meteorológico que teria se desviado da rota, protestando contra o que definiram como uma "resposta exagerada" dos EUA. Mas, é forçoso reconhecer que a versão chinesa de desvio de rota de um simples balão meteorológico é pouco verossímil.

Clique aqui e junte-se ao grupo do Telegram para receber atualizações diárias sobre os assuntos estratégicos e geopolíticos do momento!

O uso de balões com finalidades militares não é nenhuma novidade. Os franceses os utilizaram, pela primeira vez, em

1794, nas batalhas que se seguiram à Revolução Francesa. A atuação mais importante ocorreu na batalha de Fleurus, em 1794, quando as tropas francesas venceram austríacos e holandeses. Na guerra da Secessão, nos EUA, os balões cativos foram utilizados em muitas batalhas, inclusive para regular o tiro de artilharia. O sucesso do emprego dos balões levou o exército da União a montar um Corpo de Aeroestação, com quatro balões. Os norte-americanos, inclusive, passaram a instalar telégrafos com fios nos balões, possibilitando aos observadores a transmissão das informações em tempo real.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, o Duque de Caxias levou o Brasil a ser o primeiro país sul-americano a utilizar os balões em combate. Foram mais de vinte ascensões do aeróstato, que forneceram importantes informações de inteligência ao estado-maior das forças brasileiras, especialmente na marcha de flanco da segunda fase das operações contra a fortaleza de Humaitá, no segundo semestre de 1867.

Na Primeira Guerra Mundial, os alemães utilizaram os zepelins para realizarem 51 ataques à Inglaterra, causando centenas de mortes. Mas, o rápido desenvolvimento da antiaérea e facilidade de se alvejar os enormes zepelins, levaram os alemães a rapidamente desistir de empregá-los nesse tipo de operação.

Em 1947, os EUA enviaram balões para sobrevoar a União Soviética, para procurar evidências de testes nucleares. Na década seguinte, no chamado Projeto Moby Dick, os EUA enviaram milhares de balões espiões sobre os países da cortina de ferro. Sempre que um balão era identificado, a desculpa era a mesma dada pelos chineses agora: um balão meteorológico que se desviou da rota.

Voltando ao caso do balão chinês, esse tipo de equipamento, nos dias de hoje, oferece valiosas oportunidades para a inteligência militar. A empresa World View, em sua página eletrônica, informa que um balão pode permanecer vários dias

sobre um determinado ponto, a uma altitude de 50 mil pés (cerca de 15 Km), fornecendo imagens com uma resolução de 5 cm. Isso significa que objetos a partir deste tamanho já podem ser identificados nas imagens.

Também é provável que o balão estivesse realizando atividades de inteligência, a chamada SIGINT (sigla em inglês para *signals intelligence*). Trata-se da coleta de informações através da interceptação de sinais de comunicações, de radares, ou de outros sistemas eletrônicos.

Talvez mais importante do que saber o que este balão especificamente conseguiu – ou não – obter de informações estratégicas de inteligência, seja reconhecer que esta seja uma possibilidade. E certamente é isso que preocupa mais preocupa os norte-americanos.

Além disso, nada impede que um balão desses carregue armas, ao invés de câmeras e radares ou equipamentos de guerra eletrônica. O pesquisador William Pulido, em artigo para a Revista Ejercitos, levanta a possibilidade de esses balões detonarem armas nucleares sobre as bases de mísseis intercontinentais norte-americanas, não para destruí-las fisicamente, mas para que o pulso eletromagnético desabilitasse a eletrônica dos mísseis inutilizando-os. Tratou-se portanto, da constatação de uma vulnerabilidade na segurança do espaço aéreo dos EUA, que certamente será objeto de uma pormenorizada análise pelos órgãos competentes.

Para os chineses, o incidente do balão pode ter servido para

testar as modernas técnicas de dirigibilidade desse tipo de artefato, bem como verificar como se daria a resposta norte-americana.

Este incidente é mais um a acentuar a disputa em curso entre norte-americanos e chineses. Demonstra claramente as desconfianças mútuas e remete, inevitavelmente, às tensões do auge da guerra fria entre EUA e União Soviética. Se o mundo vive ou não, nos dias de hoje, uma nova guerra fria, desta vez entre norte-americanos e chineses, é uma discussão acadêmica em aberto, com estudiosos defendendo posições antagônicas com bons argumentos. Mas, que é um mais um incidente a marcar com clareza o crescimento das tensões entre os dois lados, isso é inegável.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

REFERÊNCIAS

Revista Ejercitos – Reportagem de Will Pulido – https://www.revistaejercitos.com/2023/02/04/el-globo-espia-chino-y-las-aplicaciones-militares-de-los-aeroestatos/

Breaking Defense – https://breakingdefense.com/2022/07/way-up-in-the-air-world-view-looks-to-expand-customer-base-for-its-stratollite-balloon/

Os balões de observação na Guerra do Paraguai – https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_os_baloes.pdf

DW – https://www.dw.com/pt-br/1915-dirig%C3%ADveis-bombardeiam-londres/a-297928

Conheça o Challenger 2, o carro de combate principal que o Reino Unido está mandando para a Ucrânia

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

O Reino Unido decidiu enviar 14 unidades do Challenger 2, o suficiente para mobiliar um Esquadrão de Carros de Combate, para o exército ucraniano.

O Challenger 2 começou a operar no exército britânico na segunda metade da década de 1990, tendo sido empregado na Bósnia e no Kosovo, além da invasão do Iraque, em 2003.

É um carro pesado, de 62,5 toneladas, armado com um canhão 120 mm capaz de empregar tanto munições de energia cinética (flecha), quanto munições explosivas, além de duas metralhadoras 7,62 mm, uma coaxial e outra de emprego geral. A aparelhagem de pontaria óptica e termal, disponíveis tanto para o atirador do carro quanto para o comandante, são integradas à torre estabilizada, que permite um rápido engajamento dos alvos. O motor diesel Perkins CV12 de 12 cilindros e 1.200 hp, com uma caixa de câmbio David Brown TN54, fornecem seis marchas à frente e duas marchas à ré.

Em maio de 2021, o Ministério da defesa do Reino Unido fechou um contrato de £ 800 milhões com a Rheinmetall BAE Systems Land (RBSL) para atualizar 148 Challenger 2 para o exército britânico. O veículo atualizado, a ser chamado de Challenger 3, será um carro de combate principal “digital, habilitado para combate em rede, com letalidade de última geração, capacidade de sobrevivência atualizada, além de recursos de aquisição de alvos de última geração.

A OTAN dobra a aposta

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

A ajuda militar à Ucrânia anunciada nos últimos dias por Estados Unidos, França e Alemanha, além das promessas no mesmo sentido feitas por outros países europeus, aumentará significativamente o poder de combate ucraniano para a guerra contra a Rússia em 2023.

Embora o apoio ocidental à Ucrânia até aqui tenha sido fundamental para evitar uma derrota para os russos, é importante notar que o que aconteceu

recentemente, com os anúncios de novas levas de ajuda militar feitos de forma praticamente simultânea por EUA, França e Alemanha, foi uma indicação de que esses países dobram a aposta e se comprometem definitivamente com a causa ucraniana.

Isso porque, desta vez, além de fornecer os itens que já vinham repassando desde o início da guerra, os ocidentais resolveram apoiar com materiais militares que podem fazer grande diferença em favor dos ucranianos. Os alemães anunciaram o envio de 40 Viaturas Blindadas de Combate de Infantaria (VBCI) Marder. Os norte-americanos, por sua vez, enviarão 50 VBCI Bradley M2A2 e 18 obuseiros autopropulsados M109 Paladin. Já os franceses, garantiram o envio de Viaturas Blindadas de Combate de Cavalaria (VBCCav) AMX-10 RC. Em conjunto, essas viaturas vão aumentar a potência de fogo, a mobilidade, a proteção blindada, a ação de choque e a capacidade de comunicação das tropas de infantaria, cavalaria e artilharia ucranianas, o que sem dúvida será muito útil na ofensiva de primavera, a ser provavelmente desencadeada pelos ucranianos assim que as condições meteorológicas se mostrarem mais favoráveis.

Ainda não são os Carros de Combate Principais, os mais importantes meios blindados para uma operação ofensiva, como os Leopard II alemães, os Leclerc franceses ou os Abrams norte-americanos. Mas, parece que esses, apesar de escassos nos inventários de todos os exércitos do mundo, também poderão ser enviados à Ucrânia em curto prazo. Finlândia e Polônia já declararam que podem ceder seus carros à Ucrânia, caso a Europa encontre uma forma de doação coletiva que mantenha o poder de combate dos países doadores. Outra possibilidade que vem sendo aventada é a de o Reino Unido enviar os carros Challenger II.

Comprando na Amazon por este link, você estará colaborando com o Blog do Paulo Filho

É claro que o simples envio dos blindados não resolve a questão. É necessário providenciar o treinamento das tripulações e assegurar a complexa cadeia logística de cada um dos blindados. O carro francês, por exemplo, possui um canhão de calibre 105 mm, que não usa munição padrão OTAN, exigindo uma cadeia de suprimentos específica. Não é um esforço trivial ou simples de ser executado.

O movimento das potências ocidentais certamente provocará reações por parte da Rússia. O Kremlin reforçará a retórica, especialmente para sua própria população, de que a Rússia não enfrenta apenas a Ucrânia, e sim toda a OTAN. Com isso, a população russa poderia ser levada a aceitar com mais facilidade as provações a que está sendo submetida pela guerra, incluindo-se aí uma nova mobilização de recrutas. Serviços de inteligência ocidentais teriam informações de que, dessa vez, o objetivo seria o de recrutar meio milhão de soldados, e que tal movimento poderia ocorrer a partir de março.

Ao mesmo tempo, os russos intensificarão seu esforço de guerra, como já anunciou o presidente Putin. Além disso, provavelmente buscarão novos fornecedores externos de material de emprego militar, além de intensificar as importações que já fazem do Irã e, muito provavelmente, também da Coreia do Norte. A Rússia poderá ainda pressionar seus aliados por mais apoio, especialmente Belarus e demais países aliados da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC): Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. China e Índia dificilmente concordarão em exportar armas ao país, pelo menos de forma ostensiva, mas continuarão fundamentais aos russos do ponto de vista

econômico.

Comprando na Amazon por este link, você estará colaborando com o Blog do Paulo Filho

Também é provável que a Rússia amplifique sua retórica nuclear, reforçando em declarações de suas autoridades as capacidades do país e enfatizando aos líderes do Ocidente que poderia usar armas atômicas caso alguma “linha vermelha” russa venha a ser ultrapassada pelos ucranianos ou pelo próprio Ocidente.

Em síntese, o que se vê com esse movimento Ocidental de reforçar as doações de material bélico à Ucrânia é a OTAN redobrando sua aposta na Ucrânia. Entretanto, o inimigo não é débil. Longe disso, está aprendendo com os erros que cometeu até aqui.

Assim, não se pode fazer nenhuma previsão de encerramento do conflito em curto prazo. Pelo contrário, 2023 provavelmente será um ano de combates ainda mais encarniçados em território ucraniano.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Os principais pontos de tensão geopolítica em 2023

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

O novo ano traz muitos desafios para a paz mundial. Na Europa, a guerra de alta intensidade provocada pela invasão russa da Ucrânia continua longe de um final. Na Ásia, a China reafirma seus interesses no Indo-Pacífico com crescente assertividade, enquanto a Coreia do Norte prossegue em seus programas nuclear e de mísseis e o Japão anuncia um amplo programa de modernização de suas forças armadas, que prevê que o país passará a ser o terceiro do mundo em investimentos militares até 2027. No Oriente Médio, o Irã exporta armas para a Rússia em guerra e mantém seu programa nuclear ao mesmo tempo que, em Israel, Netanyahu está de volta ao poder, liderando um governo nacionalista que tenderá ao confronto, não à acomodação, com os palestinos e iranianos. O continente africano segue sendo palco de dezenas de conflitos armados. Na América Latina, apesar da ausência de conflitos formais, a atuação de grupos criminosos e narcoterroristas, especialmente na Colômbia e no México, se mantém como um fator de instabilidade.

Em 2023, a guerra na Ucrânia prosseguirá, com alguns cenários possíveis. O primeiro é aquele em que a Rússia, que reforçou seus efetivos pela mobilização de centenas de milhares de soldados, retoma a iniciativa e inicia uma ofensiva para tentar controlar inteiramente as províncias de Kherson e Zaporizhzhia, no Sul da Ucrânia, e Lugansk e Donetsk, no Leste do país, todas anexadas ilegalmente ao território russo em 2022. O segundo cenário contempla a Ucrânia, fortemente apoiada financeira e materialmente pelos EUA e países europeus, prosseguir no esforço de retomar os territórios

perdidos. Um terceiro cenário seria a Rússia novamente tentar conquistar a capital, Kiev, atacando por Norte, a partir do território bielorrusso. Um quarto cenário, menos provável, mas mais perigoso, seria o transbordamento da guerra para fora do território ucraniano, para a Transnístria, na Moldávia, ou para Belarus, ou mesmo para um país membro da Otan, como a Polônia. Esta última possibilidade poderia provocar uma escalada acentuada do conflito, com repercussões inimagináveis.

Nenhum dos cenários acima contempla a possibilidade de paz em curto prazo, uma vez que nem Rússia, nem Ucrânia, possuem poder militar/econômico suficiente para atingir os objetivos descritos nos cenários acima, especialmente em curto prazo. Uma guerra termina quando um dos contendores desiste da luta, concordando com termos que lhe são desvantajosos para celebrar a paz. Essa não parece ser uma opção para os ucranianos, que como o presidente Zelensky repetidas vezes afirmou, não aceita ceder territórios ao invasor. Como retirar as tropas para celebrar a paz também não é uma opção para o presidente Putin, que não teria como justificar para o povo russo uma invasão que não redundasse em nenhum ganho para a Rússia, o impasse prosseguirá.

Assim, é certo que até que se encontre uma saída para essa

encruzilhada, a guerra prosseguirá na Europa, e com ela todas as repercussões sociais, políticas, econômicas e comerciais, como a escassez energética, a inflação e o aumento do fluxo de refugiados servindo como exemplos. Tal situação provavelmente levará a uma diminuição do apoio da opinião pública europeia à Ucrânia, e a uma consequente pressão pelo fim das hostilidades, o que colocará os líderes europeus diante de uma escolha entre duas opções, ambas ruins. A primeira seria pressionar a Ucrânia a buscar imediatamente a paz, o que levaria os europeus a admitir que a Rússia ampliasse seus territórios pela conquista em uma guerra, um fato inadmissível para as potências ocidentais. A segunda seria apoiar ainda mais a Ucrânia com armas, equipamento e dinheiro, tentando desequilibrar a balança da guerra em seu favor, o que poderia levar a Rússia a uma escalada, não se descartando o uso de artefatos nucleares táticos, com repercussões ainda mais graves.

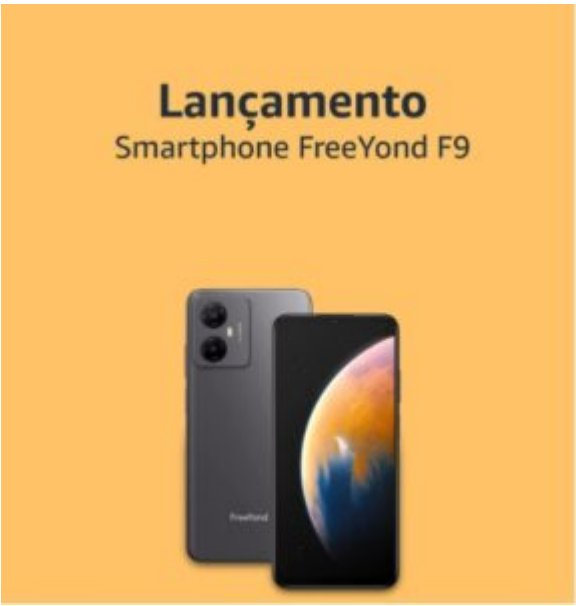
Dado o exponencial crescimento da conflitividade do ambiente, é certo que os investimentos em defesa continuarão a crescer na Europa, em ritmo que não era visto desde o fim da Guerra Fria. Os países da comunidade europeia já concordaram em aumentar seus gastos, de modo que em 2027 se somem cerca de 70 bilhões de dólares aos pouco mais de 200 bilhões atualmente aplicados. A Polônia se destaca nesse quesito, devendo passar a ter o mais poderoso exército europeu nos próximos anos. Por outro lado, apesar dos embargos econômicos impostos pelo Ocidente e em boa medida driblados pelo incremento das relações comerciais russas com parceiros como a Índia e a China, o presidente Putin tem reiterado que continuará a incrementar os investimentos em defesa do país.

Na Ásia, o presidente da China, Xi Jinping, após garantir um terceiro mandato inédito, enfrenta dificuldades sociais e econômicas. O fim da política da Covid Zero, após a pressão de protestos ocorridos em diferentes regiões do país, ocasionou um exponencial aumento dos casos e das mortes, que colocam em

risco o sistema de saúde e a confiança do povo no gerenciamento da pandemia por parte do Partido Comunista. Isso ocorre ao tempo em que a economia desacelera, a crise no setor imobiliário persiste e o desemprego, especialmente dentre os mais jovens, atinge níveis elevados. Ainda no campo interno, uma questão bastante sensível é a que envolve a minoria uighur da província de Xinjiang, onde o governo chinês é acusado de violações graves dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, a China coleciona situações de potencial conflito com seus vizinhos. Há a questão da ilha de Taiwan, que possui um governo autônomo, mas é considerada uma província rebelde que deverá ser reincorporada à soberania chinesa. Há também disputas fronteiriças com a Índia, que volta e meia retornam à baila em razão de incidentes entre as tropas de fronteira e a disputa com o Japão pelas ilhas Senkaku, chamadas pelos chineses de Diaoyu Dao, além dos embates no Mar do Sul da China, com diversos países vizinhos.

Aproveite a promoção de lançamento e compre o smartphone freeyond na Amazon com descontos!



A acirrada competição geopolítica e comercial entre os Estados Unidos e a China se manterá em 2023. Os EUA sustentarão sua

presença no Indo-Pacífico, fortalecendo parcerias e alianças naquela região com o objetivo de garantir sua influência. Tal atitude certamente provocará reação chinesa, uma vez que os interesses das duas potências em vários momentos serão conflitantes.

Na península da Coreia, o ditador Kim Jong un continua a acelerar os programas nuclear e de mísseis, com um recorde de lançamentos e testes em 2022. A guerra na Ucrânia ofereceu uma oportunidade ao país, que enfrenta há anos embargos econômicos, para a venda de armamentos. Há notícias de venda de armas para a Rússia e o prolongamento da guerra deverá constituir oportunidade para intensificação dessas vendas, ainda que de forma velada.

A Coreia do Sul, por sua vez, divulgou sua estratégia para a região do Indo-Pacífico, destacando que a capacidade nuclear, assim como o programa de mísseis da Coreia do Norte, são uma forte ameaça à paz na região.

A movimentação militar da China e da Coreia do Norte provocou a reação do Japão, que após aprovar uma nova estratégia nacional de segurança, divulgou um amplo programa de modernização de suas forças armadas, com um substancial incremento de seus investimentos em defesa, que deverão duplicar até 2027, o que colocará o país em terceiro lugar no mundo no quesito investimentos militares.

No Oriente Médio, o Irã prossegue no desenvolvimento de suas capacidades nucleares, que voltaram a ser desenvolvidas com o fim do acordo nuclear, em 2018. O país já enriquece urânio a níveis próximos dos necessários à fabricação da bomba nuclear, mas nega a intenção de possuir tal tipo de armamento. O Irã vem sendo palco de uma série de manifestações populares, desde a morte de uma jovem da minoria curda, após ser presa pela polícia dos costumes do país. O regime vem reprimindo as manifestações com violência, já tendo, inclusive, condenado manifestantes à morte, sendo pouco provável que os protestos

venham a ameaçar a estabilidade do governo. Mas, a guerra na Ucrânia se mostrou uma oportunidade para os iranianos venderem material de emprego militar aos russos, especialmente sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e as *loitering munitions*, conhecidas como “drones kamikazes”. Especula-se que, em troca, os russos poderiam auxiliar os iranianos em seu programa nuclear.

Em Israel, Benjamin Netanyahu reassumiu o governo, formando uma coalizão nacionalista e escalando alguns ministros com um histórico de ações anti-palestinas. Ele afirmou, em diversas oportunidades, que Israel não admitirá que o Irã alcance o status de potência nuclear, de modo que as tensões entre os dois países deverão se elevar ainda mais na gestão do novo primeiro-ministro israelense.

Além disso, a rivalidade entre Arábia Saudita e Irã permanece alta. Os dois países estão com as relações diplomáticas rompidas desde 2016 e apoiam lados contrários nas guerras civis do Iêmen e da Síria, além de disputarem a proeminência geopolítica na região.

A África e a América Latina, que convivem há anos com conflitos que, embora causem muito sofrimento às populações locais, são crônicos e considerados de baixa intensidade, apresentam pontos locais de tensão que merecerão a atenção dos governos e dos organismos multilaterais regionais sem, entretanto, afetar significativamente a geopolítica global.

Nas relações entre os países, o chamado Dilema de Segurança surge como um paradoxo inerente ao próprio Sistema de Estados. Afinal, uma razão fundamental para a existência do Estado é proporcionar segurança aos seus cidadãos em relação a ameaças externas e internas. Para isso, ao identificar ameaças, o Estado investe em sistemas de armas para sua defesa, mas isso faz com que ele próprio passe a representar uma ameaça aos outros Estados, que também passam a se armar. É o que popularmente se chama “corrida armamentista”.

Como procurei demonstrar, em 2023 o mundo observará a instalação desses dilemas de segurança em três regiões ao mesmo tempo: na Europa, em razão da guerra da Ucrânia, na região do Indo-Pacífico, em razão da crescente tensão nas relações entre os principais atores regionais e entre a China e os Estados Unidos, e no Oriente Médio, motivada pela desconfiança mútua entre Irã, Israel e Arábia Saudita. Esses três serão, portanto, os principais focos de tensão geopolítica do mundo em 2023.

Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores

clique aqui e saiba como!

Coreia do Sul lança Estratégia para região do Indo-Pacífico

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 8 de abril de 2023

A Coreia do Sul acaba de lançar sua Estratégia para a região do Indo-Pacífico, um movimento saudado pelos EUA e criticado pela China. O documento destaca que a capacidade nuclear, assim como o programa de mísseis da Coreia do Norte são uma forte ameaça a paz na região.

O documento é cuidadoso em relação à China. afirmando que ela é um “parceiro chave para alcançar a prosperidade e a paz na região” e com o qual terão “um relacionamento sólido e maduro à medida que buscam interesses compartilhados com base no respeito mútuo e na reciprocidade”.

Os coreanos afirmam que irão fortalecer sua aliança com os EUA, pois ela foi “peça fundamental para a paz e a prosperidade na Península Coreana e no Indo-Pacífico nos últimos 70 anos. Afirma ainda os 2 países compartilham os valores de liberdade, democracia e direitos humanos.

Em breve, farei um texto analisando o documento, que você pode acessar na integra no link abaixo:

ROK-Indo-Pacific-Strategy-Dec-2022